08-Nº DO PROCESSO: 010.00011534/2023-29 INTERESSADO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA ASSUNTO: BEM 20823 - PEDIDO DE CONSERVAÇÃO/MANUTENÇÃO - RUA FLORÊNCIO PUPPO, 306, ITATIBA-SP 09-Nº DO PROCESSO: 010.00001607/2023-74 INTERESSADO: FGGN ARQUITETOS. ASSUNTO: BEM 22830 (ED. ALTINO ARANTES) - REFORMA - RUA JOÃO BRÍCOLA, 24 - CENTRO - SÃO PAULO - SP 10-Nº DO PROCESSO: 010.00010997/2023-73 INTERESSADO: FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA - FUNDAÇÃO OSESP ASSUNTO: BEM 18926 (EST. JULIO PRESTES - ESTAÇÃO DAS ARTES) PÇ JULIO PRESTES, 16 - SÃO PAULO/SP 3.1.2 – RECURSOS/MULTA 11-Nº DO PROCESSO: 71530/2014 INTERESSADO: REGINA DRAGIÇA KALMAN ASSUNTO: DENUNCIA DE INTERVENÇÃO - AVENIDA DOUTOR CAVALCANTI 396 VILA ARENS - JUNDIAÍ – SP RUA MONTEIRO LOBATO VÁRIOS VILA ARENS - JUNDIAÍ – SP - RUA JOSÉ DO PATROCÍNIO S/N VILA ARENS - JUNDIAÍ – SP - RUA XV DE NOVEMBRO S/N VILA ARENS - JUNDIAÍ – SP - RUA DR. CAVALCANTI 341/351 VILA ARENS - JUNDIAÍ - SP 12-Nº DO PROCESSO: 010.00008277/2023 INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASA BRANCA ASSUNTO: SCEC-PRC-2022/00840 - SOLICITA REGULARIZAÇÃO DE PLANTIO DE ÁRVORES NA PRAÇA BARÃO DE MOGI GUAÇU, NA ÁREA EM ESTUDO DE Tombamento do Conjunto Urbano de Casa Branca

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE DE 27/11/2023
Processo SEI nº 267.00000367/2023-24–Em observância ao disposto no artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93, e alterações posteriores, tendo em vista a manifestação da Gerência de Assuntos Jurídicos constante do processo em referência, RATIFICO a inexistibilidade de licitação declarada pelo Sr. Diretor de Atividades Culturais, com fundamento no artigo 25, inciso III da citada norma legal, para a contratação dos artistas: PATRÍCIA LIBERATO, TOBIAS DA VAI VAI, ESCOLA DE SAMBA SOCIEDADE ROSAS DE OURO, TEREIRÃO DO SAMBA, BERÇO DO SAMBA DE SÃO MATEUS, VITOR AVELA, e ALINE ARAUJO, no evento “COLÓQUIO E RODA DE SAMBA: A ECONOMIA CRIATIVA DAS ESCOLAS DE SAMBA PAULISTA”, através da empresa RYCHARD RIÇA COSTA, CNPJ 35.679.332/0001-29, a ocorrer no Auditório Simón Bolívar da Fundação Memorial da América Latina, pelo valor total de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais)

Desenvolvimento Econômico

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITAMENTO
Contrato SDE nº 19/2022
Processo SDE/SEI nº 011.00000349/2023-81
Contrato PRODESP nº PD022198
Contratante: Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Contratada: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP
Objeto: COM VISTAS À INCLUSÃO DE CLÁUSULA RESO-LUTIVA.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA CONDIÇÃO RESOLUTIVA
A vigência contratual do presente instrumento estará sujei-ta à condição resolutiva, consubstanciada na assinatura de um novo contrato, em razão da publicação de novos preços a serem praticados pela contratada.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO
Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.
Data de Assinatura: 01 de Dezembro de 2023.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITAMENTO
PROCESSO SDE nº 011.00000881/2023-06
CONTRATO SDE nº 024/2019
Contratante: Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Contratada: MULTSERVICE PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELLI - CNPJ 27.114.547/0001-74
Objeto: Prestação de serviços de atendimento ao público, aos usuários dos Postos de Atendimento Ao Trabalhador – PAT’S.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 15 (quinze) meses, a partir de 03 de dezembro de 2023 a 02 de março de 2025.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E RECURSOS ORÇA-MENTÁRIOS
O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 4.882.004,10 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, quatro reais e dez centavos) para o período de 15 (quinze) meses, sendo o valor de R\$ 295.511,40 (duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e onze reais e quarenta centavos), para o presente exercício, o valor de R\$ 3.905.603,28 (três milhões, novecentos e cinco mil, seiscentos e três reais e vinte e oito centavos) para o exercício de 2024, e o valor de R\$ 680.889,42 (seiscentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos), onerando a U.G.E. 100.102, PTRES 100.110 e 100.106, elemento de despesa 3.3.90.39.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.
Data de Assinatura: 01 de dezembro de 2023.
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO
Contrato SDE nº 021/2022
Processo SDE/SEI nº 011.00000237/2023-20
Contrato PRODESP nº PD022199
Contratante: Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Contratada: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP
Objeto: COM VISTAS À PRORROGAÇÃO CONTRATUAL E A INCLUSÃO DE CLÁUSULA RESOLUTIVA.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência do contrato fico prorrogado por mais 12 (doze) meses, de 01 de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E RECURSOS ORÇA-MENTÁRIOS
O valor total estimado do presente contrato passa a ser de R\$ 1.926.131,93 (um milhão, novecentos e vinte e seis mil, cento e trinta e um reais e noventa e três centavos), para o período de 24 (vinte e quatro) meses, sendo o valor de R\$ 323.182,36 (trezentos e vinte e três mil, cento e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos) para o exercício de 2022, o valor de R\$ 815.146,73 (oitocentos e quinze mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e três centavos) para o exercício de 2023, e o valor de R\$ 787.802,84 (setecentos e oitenta e sete mil, oitocen-tos e dois reais e oitenta e quatro centavos) para o exercício de 2024, onerando o orçamento em sua classificação orçamentária nº 3.3.90.40, UGE 100.102 e PTRES 100.118.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO RESOLUTIVA
A vigência contratual tratada na Cláusula Primeira, estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada na assinatura de um novo contrato, em razão da publicação de novos preços a serem praticados pela contratada
CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não alteradas pelo presente instrumento.
Data de Assinatura: 01 de Dezembro de 2023.

Esportes

GABINETE DA SECRETÁRIA

TERMO DE CONVÊNIO
DEMANDA 29121
PROCESSO: SESP-PRC-2023/232
MODALIDADE: Convênio (Decreto nº 52.418/2007)
CONVÊNIO: Nº 387/2023
PARTÍCIPES: SECRETARIA DE ESPORTES E PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPA
OBJETO: PROJETO CENTRO DE FORMAÇÃO ESPORTIVA - BASQUETEBOL - TUPÁ - FASE II
VALOR: O valor do presente Convênio é de R\$ 249.838,00, dos quais R\$ 149.838,00 de responsabilidade do ESTADO e o R\$ 100.000,00 de responsabilidade da PREFEITURA.
RECURSOS: 27.811.4109.5116.0000
FONTE: VINCULADO FEDERAL
PRAZO: O prazo para a execução do presente Convênio será de até 425 (quatrocentos e vinte e cinco) dias, contados a partir da data de sua assinatura.
ASSINATURA: 23/11/2023
GESTOR TÉCNICO: Rosemeire Dias de Oliveira,
PARECER JURÍDICO: Parecer Referencial CJ/SES nº 15/2023.

COORDENADORIA DE ESPORTE E LAZER

PORTARIA DE 30/11/2023
O Coordenador de Esportes, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA funcionários e servidores para prestação de serviços: “INTERIOR NA PRAIA EM UBATUBA,“ no período de 04 a 09 de dezembro.

De 04 a de 09 de dezembro: UBATUBA, (5 DIÁRIAS)
Alba Regina Santos Oliveira Marcelino, Marli Alberta de Miranda, Renato Soares Antonelli, Silvana Fuzari Biondi, Walkyria Fuga de Souza;(PORTARIA G.CEL 87/2023)

Desenvolvimento Urbano e Habitação

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS
Extrato de Contrato
Instrumento de liberação de crédito não reembolsável ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metro-politano de Campinas – FUNDOCAMP nº 047/2023.
Processo AGEMCAMP – SEI nº 1310000076/2023-53 Parecer CJ/ AGEMCAMP nº 59/2023 Agente Financeiro do FUNDOCAMP: DESENVOLVE SP. Agente Promotor e Técnico: Agência Metro-politana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Holambra.
Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo BANCO de crédito não reembolsável ao amparo de recursos disponíveis do FUNDOCAMP dos seguintes valores: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do presente Instrumento. Cláusula segunda – Da Destinação dos Recursos: O repasse mencionado na Cláusula Primeira do presente Instrumento se destina ao desenvolvimen-to do Projeto “ENFRENTAMENTO ‘PANDEMIA DA COVID19 NA RMC: Ações emergenciais para concessão de benefícios even-tuais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social”, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) correspondentes a 3% (três por cento) do valor total do repasse, à AGEMCAMP, pelos servi-ços desenvolvidos na condição de Agente Técnico, e R\$ 5.000,00 (cinco mil e quinhentos reais) correspondente a 1% (hum por cento) do valor total do repasse, ao Desenvolve SP, pelos ser-viços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais).O prazo de vigência deste Instrumento é de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura: 30 de novembro de 2023.

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS
Extrato de Contrato
Instrumento de liberação de crédito não reembolsável ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metro-politano de Campinas – FUNDOCAMP nº 042/2023.
Processo AGEMCAMP – SEI nº 13100000110/2023-90 Parecer CJ/AGEM-CAMP nº 54/2023 Agente Financeiro do FUNDOCAMP: DESEN-VOLVE SP. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Holambra

Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo BANCO de crédito não reembolsável ao amparo de recursos disponíveis do FUNDOCAMP dos seguintes valores: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO pela realização do projeto “Re-Virada Cultural Regional 2023”, valor a ser desti-nado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do presente Instrumento. Clausula Segunda – Da Destinação dos Recursos: O repasse mencionado na Cláusula Primeira do presente Instrumento se destina ao desenvolvimento do Pro-jeto “Re-Virada Cultural Regional 2023”, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. R\$ 3.000,00 (três mil reais) correspondente a 3% (três por cento) do valor total do repasse, à AGEMCAMP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico, e R\$ 1.000,00 (reais) correspondente a 1% (hum por cento) do valor total do repasse, ao DESENVOLVE SP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais). O prazo de vigência deste Instrumento se encerra até 31 de dezembro de 2023. Data da assinatura: 28 de novembro de 2023.

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS
Extrato de Contrato
Instrumento de liberação de crédito não reembolsável ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metro-politano de Campinas – FUNDOCAMP nº 032/2023.
Processo AGEMCAMP – SEI nº 13100000109/2023-65 Parecer CJ/AGEM-CAMP nº 56/2023 Agente Financeiro do FUNDOCAMP: DESEN-VOLVE SP. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Pedreira.

Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo BANCO de crédito não reembolsável ao amparo de recursos disponíveis do FUNDOCAMP dos seguintes valores: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO pela realização do projeto “Re-Virada Cultural Regional 2023”, valor a ser desti-nado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do presente Instrumento. Clausula Segunda – Da Destinação dos Recursos: O repasse mencionado na Cláusula Primeira do presente Instrumento se destina ao desenvolvimento do Pro-

jeto “Re-Virada Cultural Regional 2023”, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. R\$ 3.000,00 (três mil reais) correspondente a 3% (três por cento) do valor total do repasse, à AGEMCAMP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico, e R\$ 1.000,00 reais) correspondente a 1% (hum por cento) do valor total do repasse, ao DESENVOLVE SP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico. O valor total do repasse será de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais). O prazo de vigência deste Instrumento se encerra até 31 de dezembro de 2023. . Data da assinatura: 30 de novembro de 2023.

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS
Extrato de Contrato
Instrumento de liberação de crédito não reembolsável ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metro-politano de Campinas – FUNDOCAMP nº 038/2023.
Processo AGEMCAMP – SEI nº 13100000019/2023-74 Parecer CJ/ AGEMCAMP nº 49/2023 Agente Financeiro do FUNDOCAMP: DESENVOLVE SP. Agente Promotor e Técnico: Agência Metro-politana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Sumaré.
Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo BANCO de crédito não reembolsável ao amparo de recursos disponíveis do FUNDOCAMP dos seguintes valores: R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais) ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO valor a ser destinado exclusivamente à finali-dade indicada na Cláusula Segunda do presente Instrumento. Cláusula segunda – Da Destinação dos Recursos: O repasse mencionado na Cláusula Primeira do presente Instrumento se destina ao desenvolvimento do Projeto “ENFRENTAMENTO ‘PANDEMIA DA COVID19 NA RMC: Ações emergenciais para concessão de benefícios eventuais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social”, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais) correspondentes a 3% (três por cento) do valor total do repasse, à AGEMCAMP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico, e R\$ 13.000,00 (treze mil reais) correspondente a 1% (hum por cento) do valor total do repasse, ao Desenvolve SP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Finan-ceiro. O valor total do repasse será de R\$ 1.352.000,00 (hum milhão e trezentos e cinquenta e dois mil reais). O prazo de vigência deste Instrumento é de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura: 14 de novembro de 2023.

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS
Extrato de Contrato
Instrumento de liberação de crédito não reembolsável ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metro-politano de Campinas – FUNDOCAMP nº 039/2023.
Processo AGEMCAMP – SEI nº 13100000108/2023-11 Parecer CJ/AGEM-CAMP nº 51/2023 Agente Financeiro do FUNDOCAMP: DESEN-VOLVE SP. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiária: Prefeitura Municipal de Sumaré.

Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo BANCO de crédito não reembolsável ao amparo de recursos disponíveis do FUNDOCAMP dos seguintes valores: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO pela realização do projeto “Re-Virada Cultural Regional 2023”, valor a ser desti-nado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do presente Instrumento. Clausula Segunda – Da Destinação dos Recursos: O repasse mencionado na Cláusula Primeira do presente Instrumento se destina ao desenvolvimento do Pro-jeto “Re-Virada Cultural Regional 2023”, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. R\$ 3.000,00 (três mil reais) correspondente a 3% (três por cento) do valor total do repasse, à AGEMCAMP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico, e R\$ 1.000,00 reais) correspondente a 1% (hum por cento) do valor total do repasse, ao DESENVOLVE SP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais). O prazo de vigência este Instrumento se encerra em 31 de dezembro de 2023. Data da assinatura: 28 de novembro de 2023.

AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS
Extrato de Contrato
2º Termo de aditamento ao Instrumento de liberação de crédito não reembolsável ao amparo de recursos do Fundo de Desenvolvimento Metroplitano de Campinas – FUNDOCAMP nº 030/2023.
Processo AGEMCAMP – SEI nº 13100000043/2023-11 Parecer CJ/AGEMCAMP nº 48/2023 Agente Financeiro do FUNDOCAMP: DESENVOLVE SP. Agente Promotor e Técnico: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP. Beneficiá-ria: Prefeitura Municipal de Vinhedo.
Objeto: Constitui objeto do presente o repasse pelo BANCO de crédito não reembolsável ao amparo de recursos disponíveis do FUNDOCAMP dos seguintes valores: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) ao MUNICÍPIO BENEFICIÁRIO valor a ser destinado exclusivamente à finalidade indicada na Cláusula Segunda do presente Instrumento. Cláusu-la segunda – Da Destinação dos Recursos: O repasse mencio-nado na Cláusula Primeira do presente Instrumento se destina ao desenvolvimento do Projeto “ENFRENTAMENTO ‘PANDEMIA DA COVID19 NA RMC: Ações emergenciais para concessão de benefícios eventuais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social”, conforme Proposta Técnica avaliada pela AGEMCAMP. R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) cor-respondentes a 3% (três por cento) do valor total do repasse, à AGEMCAMP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Técnico, e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) correspondente a 1% (hum por cento) do valor total do repasse, ao Desenvolve SP, pelos serviços desenvolvidos na condição de Agente Financeiro. O valor total do repasse será de R\$ 832.000,00 (oitocentos e trinta e dois mil reais). O prazo de vigência deste Instrumento é de 6 (seis) meses a contar da data de assinatura: 21 de novembro de 2023

Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

GABINETE DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMIL/SETUR Nº 01, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre as condições para aplicação da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS de 12% (doze por cento) nas operações com querosene de aviação destinadas a empresas de transporte aéreo regular de passageiros ou de cargas.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRAES-TRUTURA E LOGÍSTICA e o SECRETÁRIO DE ESTADO DE TURIS-MO E VIAGENS, no uso de suas atribuições legais, e Considerando o que consta da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, a qual dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Ope-rações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS; e

Considerando o Decreto nº 64.319, de 04 de julho de 2019, alterado pelo Decreto nº 67.441, de 10 de janeiro de 2023, que regulamentam a aplicação da alíquota prevista no item 27 do § 1º do artigo 34 da Lei 6.374, de 1º de março de 1989,

RESOLVEM:

Artigo 1º — A aplicação da alíquota prevista no item 27 do §1º do artigo 34 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, nas

operações com querosene de aviação destinadas a empresas de transporte aéreo regular de passageiros ou de carga, por meio de operações próprias ou contratos comerciais firmados com terceiros, fica condicionada a comprovação pelo setor, assim considerado o conjunto destas empresas, do atendimento e manutenção das seguintes condições, cumulativamente:

I – até 30 de novembro de 2024 passem a operar voos para, no mínimo, 4 (quatro) novas cidades do Estado de São Paulo que, na data da publicação do Decreto nº 67.441, de 10 de janeiro de 2023, não eram atendidas pelas empresas de transporte aéreo, com, no mínimo, 2 (duas) frequências semanais para cada uma delas, sendo necessária a operação em 2 (duas) novas cidades até 30 de março de 2024, desde que haja infraestrutura aeroportuária que viabilize a operação regular até o final de cada período;

II – elevem em, no mínimo, 840 (oitocentos e quarenta) o número de partidas semanais, no Estado de São Paulo, com destino a 38 (trinta e oito) cidades em 21 (vinte e um) Estados, a partir do quantitativo realizado na data da publicação do Decreto nº 64.319, de 04 de julho de 2019, até 30 de março de 2024; e

III – implementem o programa de “stopover”, em que os passageiros com escala no Estado de São Paulo possam optar por permanecer até 3 (três) dias em alguma cidade paulista, sem custo adicional no valor da passagem aérea, em até 30 (trinta) dias da publicação desta resolução.

Artigo 2º – O setor das empresas de transporte aéreo regular de passageiros ou de carga, para fins de aplicação da alíquota prevista no item 27 do §1º do artigo 34 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, deverá apresentar, anualmente, junto à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e à Secretaria de Turismo e Viagens, até o dia 31 de março do ano subseqüente ao da realização das operações, os documentos comprobatórios de que as condições de que trata o artigo 1º estão sendo cumpridas pelo setor.

Parágrafo único – A critério da autoridade competente, outros documentos poderão ser solicitados para fins de comprovação do atendimento às condições previstas nesta resolução conjunta.

Artigo 3º – Compete aos titulares da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Turismo e Viagens apreciar a documentação especificada no artigo 2º, decidindo sobre o atendimento das condições dispostas nesta resolução conjunta.

Artigo 4º – Não comprovado o atendimento das condições estabelecidas no artigo 1º, as empresas de transporte aéreo deverão recolher, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão proferida pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e pela Secretaria de Turismo e Viagens, a diferença de imposto devido pelas saídas de querosene de aviação a cada uma delas destinadas, relativamente ao período beneficiado e não comprovado, com os acréscimos legais cabíveis calculados desde a data do fornecimento.

Parágrafo único – A não comprovação de que trata o “caput” decorrente de caso fortuito, força maior, fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas, deverá ser deliberada e decidida, conjuntamente, pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e pela Secretaria de Turismo e Viagens.

Artigo 5º – A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística e a Secretaria de Turismo e Viagens informarão a Secretaria da Fazenda e Planejamento do resultado da decisão proferida na forma do artigo 3º até 30 de abril de cada ano.

Artigo 6º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos sobre os fatos geradores ocorridos no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024.

RESOLUÇÃO SEMIL -95, DE 01-12-2023.

Dispõe sobre a designação dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, para o biênio 2023/2025.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução SMA nº 88, de 01-09-2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá prorro-gações correlatas; e

Considerando a Resolução SMA nº 177, de 12-12-2018, que dispõe sobre a instituição e a designação dos membros do Con-selho Consultivo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam designados os membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR, para o biênio 2023/2025:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal: Juliana Conrado, portadora da cédula de identidade RG nº 47.722.178-6, como titular e Rodrigo José Silva Aguiar, portador da cédula de identi-dade RG nº 32.710.609-8, como suplente;

b) Pelo Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA: Ocimar José Baptista Bim, portadora da cédula de identidade RG nº 11.225.351, como titular e Marcos Buher Campolim, portadora da cédula de identidade RG nº 19.305.460-7, como suplente;

c) Pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo – PAMB/SSP: Capitão Marcus Vinícius Donato, portador da cédula de identidade nº 33.560.064-5, como titular e Sargento Sérgio Ricardo Tramontin, portador da cédula de identidade RG nº 26.492.204-9, como suplente;

d) Pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITEPS: Marcelo Bento Nascimento da Silva, portador da cédula de identidade RG nº 19.624.393-5, como titular e Ari Mendes, portador da cédula de identidade RG nº 7.986.090, como suplente;

e) Pela Prefeitura Municipal de Iporanga: Quenedi Ubirajara de Paula, portador da cédula de identidade RG nº 32.710.116-7, como titular e Marcelo Vinícius Rosa Nicolau, portador da cédula de identidade RG nº 36.186.820-0, como suplente; e

f) Pela Prefeitura Municipal de Apiaí: Nelson Aparecido Pelegrina, portador da cédula de identidade RG nº 15.942.323, como titular e Márcia Cristina de Pontes, portadora da cédula de identidade RG nº 26.409.982-5, como suplente.

II - Da Sociedade Civil:

a) Pela Associação das Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão dos Camargos: Dirce Ferreira de Lima, portadora da cédula de identidade RG nº 22.986.562-8, como titular e Érico Davi Rodrigues, portador da cédula de identidade RG nº 45.352.649-4, como suplente;

b) Pela Associação Remanescente dos Quilombos do Bairro Bombas: Edmilson Furquim de Andrade, portador da cédula de identidade RG nº 37.066.977-0, como titular e Edilaine Ursulino de Andrade, portador da cédula de identidade RG nº 59.098.553-X, como suplente;

c) Pela Sociedade Brasileira de Espeleologia - SBE: Paulo César Boggiani, portador da cédula de identidade RG nº 11.617.874-7, como titular e Dariane Ferreira Pingas, portadora da cédula de identidade RG nº 41.559.365-7, como suplente;

d) Pelo Instituto de Pesquisas da Biodiversidade - IPBio: Adão Henrique Rosa Domingos, portador da cédula de identi-dade RG nº 42.435.054-3, como titular e Ana Gláucia da Silva Martins, portadora da cédula de identidade RG nº 33.909.158-7, como suplente;

e) Pela Associação de Pousadas e Campings de Iporanga: Anna Gabriela Rodrigues de Araújo Mayer Braga, portadora da cédula de identidade RG nº 25.906.879-2, como titular e Pela Planeta Trilha – Agência de turismo: Antonio Cardoso Neto, portador da cédula de identidade RG nº 42.435.107-9, como suplente; e

f) Pela Associação de moradores e produtores Arraial de Santo Antônio do Bairro Ribeirão - ABRISA: Silnei Florindo, portador da cédula de identidade RG nº 33.500.595-0, como titular e Nelson Antonio Calil Filho, portador da cédula de identidade RG nº 21.398.884-7, como suplente.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo Digital FF nº 004629/2023-50 e SEI 262.00003237/2023-84)

RESOLUÇÃO SEMIL - 96, DE 01-12-2023

Dispõe sobre a designação dos membros do Conselho Consultivo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA, para o biênio 2023-2025.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução SMA nº 88, de 1º de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas,

Considerando a Resolução SMA nº 34, de 28 de março de 2018, que institui e designa os membros do Conselho Consultivo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA, RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam designados os membros do Conselho Consultivo da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA, para o biênio 2023/2025:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal: Simone Clélia de Freitas, portadora da cédula de identidade RG nº 43.741.135-7, como titular e Adriano Candeias de Almeida, portador da cédula de identidade RG nº 41.897.515-2, como suplente;

b) Pela Prefeitura Municipal de Rio Claro: Leandro Geniselli, portador da cédula de identidade RG nº 20.087.187-0, como titular e Danilo de Almeida Kuroishi, portador da cédula de identidade RG nº 32.241.136-1, como suplente;

c) Pela Câmara Municipal de Rio Claro: José Júlio Lopes de Abreu, portador da cédula de identidade RG nº 11.715.043-5, como titular e José Pereira dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 12.921.458-9, como suplente;

d) Pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo: Maria Eduarda Marques Barcellos, portadora da cédula de identidade RG nº 56.886.855-9, como titular e Sílvio César Baptistella, portador da cédula de identidade RG nº 25.206.858-0, como suplente;

e) Pela Universidade Estadual Paulista – UNESP: Claudio José Von Zuben, portador da cédula de identidade RG nº 18.080.042-5, como titular e Milton Cezar Ribeiro, portador da cédula de identidade RG nº 19.224.797-9, como suplente; e

f) Pelo Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA: Sérgio Ricardo Christofolletti, portador da cédula de identidade RG nº 19.139.091, como titular e Maurício Ranzini, portador da cédula de identidade RG nº 6.999.926-0, como suplente.

II - Da Sociedade Civil:

a) Pela Associação de Amigos dos Bairros da Bela Vista e Vila Bela – AMBEVI: Roberto de Barros Junior, portador da cédula de identidade RG nº 11.254.860, como titular e Maria das Graças Sajo, portadora da cédula de identidade RG nº 5.589.645, como suplente;

b) Pela Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade – AAMHOR: Sérgio Desiderá, portador da cédula de identidade RG nº 5.055.721-X, como titular e Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, portadora da cédula de identidade RG nº 6.515.573-3, como suplente;

c) Pela Associação Rio da Pedra Dormente: Bruna Christofolletti Mazzeo, portadora da cédula de identidade RG nº 36.348.962-9 como titular, e Wendel Luis Camargo, portador da cédula de identidade RG nº 20.429.167, como suplente;

d) Pelo Sindicato Rural de Rio Claro: Ricardo José Schmidt, portador da cédula de identidade RG nº 17.374.420-5, como titular e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP: Sérgio Luiz Marola, portador da cédula de identidade nº RG 5.791.438-2, como suplente;

e) Pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo: Alexandre Carrile, portador da cédula de identidade RG nº 17.128.531-1, como titular e Marco Antonio Lazaro, portador da cédula de identidade RG nº 9.006.239, como suplente; e

f) Pela União dos Protetores de Animais de Rio Claro/ SP – UPARC: Luiz Carlos Lauriano Jardim, portador da cédula de identidade RG nº 12.526.439-2, como titular e Giselle Fernanda Pfeifer, portadora da cédula de identidade RG nº 18.744.633-7, como suplente.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SEI 262.00001212/2023-46)

RESOLUÇÃO SEMIL - 097, DE 28-11-2023.

Dispõe sobre a designação dos membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Juquery, para o biênio 2023-2025.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução SMA 88, de 01-09-2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas; e

Considerando a Resolução SMA nº 97, de 02 de agosto de 2018, que institui e designa os membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Juquery.

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam designados os membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Juquery, para o biênio 2023-2025:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo – Fundação Florestal: Aparecida Pereira Dêscio, portadora da cédula de identidade RG nº 17.071.932, como titular e Kátia Bastos Florindo, portadora da cédula de identidade RG nº 33.181.709-3, como suplente;

b) Pelo 5º Grupamento de Bombeiros- 5ºGB: Débora Cardozo Pereira Faria, portadora da cédula de identidade RG nº 48.290.251-6, como titular e Ruti Pereira Camilo, portadora da cédula de identidade RG nº 41.919.159-8, como suplente;

c) Pelo Complexo Hospitalar do Juquery- CHJ: Alexandre Delfino Mariano, portador da cédula de identidade RG nº 26.485.743-4, como titular e Gustavo Couto de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 41.267.516-X, como suplente;

d) Pela Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Caieiras: Adriano Udvari, portador da cédula de identidade RG nº 19.887.804-7, como titular e Alex Sandro Pereira, portador da cédula de identidade RG nº 44.209.821-2, como suplente;

e) Pela Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil do Município de Franco da Rocha: Livanio Menezes de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 27.263.527-3, como titular e Francisco Antônio de Queiroz, portador da cédula de identidade RG nº 22.005.542-7, como suplente;

f) Pela Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo-FATEC: Paulo Hélio Kanayama, portador da cédula de identidade RG nº 18.600.969-0, como titular e pelo Centro Paula Souza-ETEC: Marcelo Gomes de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 29.282.272-8, como suplente;

g) Pela Universidade de São Paulo- USP: Sergio Tadeu Meirelles, portador da cédula de identidade RG nº 36.648.256-7, como titular e Ana Lúcia Brandimarte, portadora da cédula de identidade RG nº 9.059.833-7, como suplente;

h) Pela Secretaria do Meio Ambiente de Caieiras: Monique Villas Boas de Souza, portadora da cédula de identidade RG nº 28.147.934-3, como titular e Douglas Moreira dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 45.895.166-3, como suplente;

i) Pela Secretaria do Meio Ambiente de Franco da Rocha: Bárbara Omena, portadora da cédula de identidade RG nº 34.703.521-8, como titular e Heloisa Caroline Mariano da Silva, portadora da cédula de identidade RG nº 53.891.381-2, como suplente; e

j) Pela Guarda Civil Municipal de Franco da Rocha- GCM: Elias Domingos de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 33.760.345-5, como titular e Naima de Albuquerque Marques, portadora da cédula de identidade RG nº 28.036.597-4, como suplente.

II- Da Sociedade Civil:

a) Pela Associação de Moradores e Amigos da Vila Ramos-Viva Vila: Tania Regina de Jesus, portadora da cédula de identidade RG nº 17.268.845-0, como titular e Eda Gomes Lambert, portadora da cédula de identidade RG nº 7.744.472-3, como suplente;

b) Pela Associação Cultural Nossa Senhora de Fátima (ACNSF) - Arautos do Evangelho: João Henrique Fonseca Mota, portador da cédula de identidade RG nº 11.469.180, como titular e Paulo Monteiro da Silva, portador da cédula de identidade RG nº 5.288.460, como suplente;

c) Pela Associação dos Técnicos, Tecnólogos, Engenheiros, Geólogos, Arquitetos e Agrônomos de Mairiporã- ATEGAM: Dulcilene Tozzi de Souza, portadora da cédula de identidade RG nº 45.365.865-9, como titular e Marcela Caroline de Oliveira Victorino, portadora da cédula de identidade RG nº 46.639.706-9, como suplente;

d) Pela Universidade Presbiteriana Mackenzie: Leandro Tavares Azevedo Vieira, portador da cédula de identidade RG nº 29.416.010-3, como titular e Adriano Monteiro de Castro, portador da cédula de identidade RG nº 24.937.877-2, como suplente;

e) Pela Solvi Essencis Ambiental S.A: Marcelo de Lima Camargo, portador da cédula de identidade RG nº 32.339.934, como titular e Ellen do Nascimento Laureno, portadora da cédula de identidade RG nº 46.896.812-X, como suplente;

f) Pelo Instituto de pesquisa em Ecologia Humana- IPEH: Bonfilio Alves Ferreira, portador da cédula de identidade RG nº 14.478.068-9, como titular e João Pedro Rosa de Jesus, portador da cédula de identidade RG nº 12.510-9, como suplente;

g) Pela JOTAEME FITAFER Indústria Metalúrgica Ltda.: Alexandre Cordeiro de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 24.738.474-4, como titular e Marcel Figueiredo Mene-gassi, portador da cédula de identidade RG nº 29.279.435-6, como suplente;

h) Pela Indústrias Gerais de parafusos INGEPAL Ltda: José Renildo Calheiros dos Santos, portador da cédula de identidade RG nº 23.424.619-4, como titular e Marcio Giordan, portador da cédula de identidade RG nº 20.620.923, como suplente;

i) Pela Associação Desportiva RBC: Felipe Martins Alves de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 47.907.758-7, como titular e Ricardo Galdino Alves de Souza, portador da cédula de identidade RG nº 28.149.062-4, como suplente; e

j) Pela Associação Serra do Itapetinga, Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos – SIMBIOSE: Mateus de Carvalho Queiroz portador da cédula de identidade RG nº 36.945.511-3, como titular e Nathalia Diniz Kammer, portadora da cédula de identidade RG nº 14.045.695, como suplente.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SEI 262.00001146/2023-12)

RESOLUÇÃO SEMIL - 98, DE 01-12-2023

Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, para o biênio 2023/2025.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a Resolução SMA nº 88, de 1º de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas; e

Considerando a Resolução SIMA nº 57, de 19 de agosto de 2020, que designa os membros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, para o biênio 2020/2022,

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam designados os membros do Conselho Consultivo do Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, para o biênio 2023/2025:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Floresta: João Paulo Villani, portador da cédula de identidade RG nº 7.321.419-X, como titular e Claudia Camila Faria de Oliveira, portadora da cédula de identidade RG nº 29.217.112, como suplente;

b) Pela Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade: Vítor Suzuki de Carvalho, portador da cédula de identidade RG nº 43.735.541-X, como titular e Milena Freire Marcondes Ferreira, portadora portador da cédula de identidade RG nº 29.401.017-8, como suplente;

c) Pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo: Francine Gabriely de Toledo Vaz Motta, portadora da cédula de identidade RG nº 43.449.873-7, como titular e Marco Antonio de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 22.799.362-7, como suplente;

d) Pela Coordenadoria de Assistência Integral-Regional Pindamonhangaba/ Secretaria de Agricultura e Abastecimento- SP: Ricardo Rodrigues Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 12.659.200-7, como titular e Haley Silva de Carvalho, portador da cédula de identidade RG nº 21.403.162-7, como suplente;

e) Pela Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga: José Roberto Galhardo Rodrigues, portador da cédula de identidade RG nº 34.502.429-1, como titular e Nilson Alves da Silva, portador da cédula de identidade RG nº 21.219.495-1, como suplente; e

f) Pela Prefeitura Municipal de Natividade da Serra: Renan Costa Campos, portador da cédula de identidade RG nº 33.138.122-9, como titular e Pedrina Fátima Garcia Minari, portadora da cédula de identidade RG nº 43.334.316-3, como suplente.

II - Da Sociedade Civil:

a) Pela Akarui: Rodolfo Gedeon Ferreira, portador da cédula de identidade RG nº 19.829.428-1, como titular e pela Associação Pró-Fauna/Ubatuba: Danilo Santos da Silva, portador da cédula de identidade RG nº 43.585.773-3, como suplente;

b) Pela Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Guainumbi: Rodrigo Rojas Sanmiguel, portador da cédula de identidade RG nº 29.917.409-8, como titular e pela Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN - Reserva dos Indaiás: Fábio Canteiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.941.622, como suplente;

c) Pela Companhia Suzano S.A: Adriano Silva Martins, portador da cédula de identidade RG nº 27.125.457-3, como titular e Maria Sebastian Rangel Gregório, portadora da cédula de identidade RG nº 27.948.888-9, como suplente;

d) Pela Associação Comunitária do Bairro da Vargem Grande e Adjacentes- ACBVG: Jhonata Ricardo de Santana, portador da cédula de identidade RG nº 44.492.162-X, como titular e Aline Roberta Araújo Silva, portadora da cédula de identidade RG nº 48.569.809-X, como suplente;

e) Pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP: Simone Aparecida Vieira, portadora da cédula de identidade

RG nº 16.339.964-5, como titular e Gustavo Quevedo Romero, portador da cédula de identidade RG nº 23.985.512-7, como suplente; e

f) Pelo Sítio Lano Alto: Paulo de Tarso Vianna Lemos, portador da cédula de identidade RG nº 1.959.888, como titular e pelo Sítio Água: Fabricio de Miranda Carvalho, portador da cédula de identidade RG nº 24.751.400-7, como suplente.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SEI 020.00013843/2023-04)

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DAESP 018/2019 – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – GABINETE DA SECRETÁRIA

Pregão Eletrônico: 10/DAESP/2019

Processo Sei: 020.00018075/2023-77

Contrato Daesp: 018/2019

Parecer Jurídico: 674/2015

Data: 13/12/2015

Contratante: Gabinete da Secretária

Contratado: Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho Ltda. CNPJ: 05.478.504/0001-35

Objeto: serviços especializados em segurança e medicina do trabalho, na elaboração de programas, laudos técnicos dos ambientes de trabalho, controle médico de saúde ocupacional dos servidores lotados na Sede e aeroportos administrados pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística com a manutenção de um técnico em segurança do trabalho baseado na unidade sede da contratante, sob o regime de anexo empreitada por preço global.

Vigência: 01/12/2023 a 30/11/2024

Valor: R\$ 274.551,60

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa 33903999, UGE 260101, Programa de Trabalho: 26122160160920000 Nota de empenho 2023NE00651.

Data da Assinatura: 30/11/2023.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITAMENTO E RETIRATIFICAÇÃO DO CONTRATO 045/2019/DAESP – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA – GABINETE DA SECRETÁRIA

Inexigibilidade de licitação

Processo: 019489/2023-76

Contrato: 045/2019/DAESP

Parecer Jurídico: CJS/MA 674/2015

Data: 13/11/2015

Contratante: Gabinete da Secretária

Contratado: Nibble Tecnologia Da Informação Ltda

CNPJ: 38.877.148/0001-81

Objeto: Contratação do fornecimento, manutenção e atualização do software específico para gerar informações (padrão AMHS), referente ao sistema de gerenciamento de telecomunicações - SGTAL, na versão LITE, para utilização no aeroporto estadual de Sorocaba

Vigência: 01/12/2023 a 30/11/2024

Valor: R\$ 9.264,00

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa 3904090, UGE 26010, Programa de Trabalho: 6122160160920000 Nota de empenho 2023NE00647.

Data da Assinatura: 30/11/2023.

CHEFIA DE GABINETE

PROCESSO: SIMA.085607/2022-35

INTERESSADO: Life Technologies Brasil Com. E Ind. De Prod. Para Biotecnologia Ltda

ASSUNTO: Prestação dos serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva com cobertura de reparos e fornecimento de peças de reposição do equipamento Termociclador Veriti, modelo Applied Biosystems Veriti 96, série 299021091, Ficha Patrimonial nº 06/3696 da Fundação Parque Zoológico de São Paulo

APOSTILAMENTO DE 25/9/2023, REFERENTE AO CONTRATO AJ-78/1806

Diante da edição do Decreto 64.066, de 2 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada às fls. 122/136.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de negociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE de 6,70%. Desta forma, a Administração efetuou o cálculo do valor a ser reajustado do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso das atribuições legais notadamente a previsão do artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual 6.544/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva com cobertura de reparos e fornecimento de peças de reposição do equipamento, para Fundação Parque Zoológico de São Paulo, conforme planilhas de folhas 137/139, processo SIMA.085607/2022-35.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 211,20, necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS

APOSTILAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 4/2022/CRHI

Diante da edição do Decreto 64.066, de 02 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, o CONSÓRCIO LBR-CORABPE-MMP foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada nos links. 5357261, 5357601.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de negociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE de 7,19%. Desta forma, a Administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso das atribuições legais, notadamente a previsão do artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual 6.544/1989, AUTORIZO o reajuste de preços referente a prestação de serviço técnico profissional especializado para o exercício das funções de Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, conforme planilhas de nos links 6890494, 6890549, 6890798, 6891143, 6891318, processo SEI.020.00008657/2023-45.

AUTORIZO também a realização da despesa estimada em R\$ 2.535.403,88, necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

Processo: 020.00008657/2023-45

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

APOSTILAMENTO REFERENTE AO CONTRATO 3/2023/FPBRN

Diante da edição do Decreto 64.066, de 2 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa CRS LIMPEZA LTDA

foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada no link 9133060.

Considerando que a contratada não aceitou a proposta de negociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, de 7,19%. Desta forma, a Administração efetuou os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso das atribuições previstas no artigo 90 do Decreto 64.132, de 11/03/2019, e nos termos do § 8º do artigo 65 da Lei federal 8.666, de 21/06/1993, e do § 8º do artigo 62 da Lei estadual 6.544, de 22/11/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente a prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, para a Sede do Quinto Batalhão de Polícia Militar Ambiental, conforme planilhas de links 9133405, 9133555, 9133714, processo SEI.020.00000902/2023-76.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 16.475,40 (dezesseis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos), necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

Processo: 020.00000902/2023-76

Departamento de Gestão Regional Centro Técnico Regional I - Campinas

O Centro Técnico Regional I de Campinas, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, localizada na Av. Brasil, nº 2340-Prédio Central-2º andar-Jd. Chapadão-Campinas/SP, Tel: (19) 3790-3742, faz publicar notificações sobre diversos assuntos devido a impossibilidade das mesmas serem enviadas pelo Correio. Para qualquer outro esclarecimento, solicitar em nosso endereço eletrônico (e-mail): cfb.campinas@sp.gov.br

Auto de Infração Ambiental: 20210323010893-1

Proc. Digital: SIMA.013378/2021-24

Autuado: JOANA D ARC ALMEIDA DA SILVA

CPF/CNPJ